

O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA DIGNIDADE MENSTRUAL:

uma revisão integrativa

Antonia Cere da Silva¹
Hilary Tenório da Silva Moura Vilela²
Anny Gabrielly de Souza³
Gledson Vitor Sales Santos⁴
Aldeci França Araujo dos Santos⁵

RESUMO

Pobreza menstrual é a falta de acesso a absorventes e produtos de higiene pessoal, também é a falta de acesso a estruturas físicas sanitárias de forma geral, que forneçam um suporte adequado para mulheres e adolescentes nessa fase. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo sintetizar as evidências científicas acerca do papel da enfermagem na promoção da dignidade menstrual. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida a partir das seguintes etapas: definição da questão de pesquisa “qual é o papel da enfermagem na promoção da dignidade menstrual?” e busca sistematizada da literatura nas bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Foram incluídas publicações em língua portuguesa, no período de 2019 a 2025, utilizando os descritores “papel da enfermagem” e “promoção da dignidade menstrual”. Aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão, resultando na seleção final de 15 artigos que compuseram esta revisão. Os resultados revelaram que a dignidade menstrual vai além do acesso a absorventes, estando associada a fatores como a falta de saneamento básico, de água potável, de banheiros com privacidade e de produtos de higiene pessoal. Nesse contexto, o papel do enfermeiro relaciona-se ao desenvolvimento de ações educativas sobre o ciclo menstrual, higiene íntima e autocuidado, especialmente entre adolescentes e populações em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Direitos. Dignidade. Mulher. Menstruação.

ABSTRACT

Menstrual poverty is the lack of access to sanitary pads and personal hygiene products, as well as the lack of access to physical sanitary structures in general that provide adequate support for women and adolescents during this phase. In this context, the present study aimed to synthesize the scientific evidence regarding the role of nursing in promoting menstrual dignity. This is an integrative literature review, developed from the following steps: defining the research question "what is the role of nursing in promoting menstrual dignity?" and a systematic literature search in the SciELO, PubMed, and Google Scholar databases. Publications in Portuguese, from 2019 to 2025, were included using the descriptors "role of nursing" and "promotion of menstrual dignity". Inclusion and exclusion criteria were applied, resulting in the final selection of 15 articles that comprised this review. The results revealed that menstrual dignity goes beyond access to sanitary pads, being associated with factors such as lack of basic sanitation, potable water, private bathrooms, and personal hygiene products. In this context, the role of the nurse relates to the development of educational actions on the menstrual cycle, intimate hygiene, and self-care, especially among adolescents and populations in vulnerable situations.

Keywords: Rights. Dignity. Women. Menstruation.

^{1, 2} Acadêmicas do Curso de Enfermagem da Faculdade Raimundo Marinho (FRM)

^{4, 5} Professores do Curso de Enfermagem da Faculdade Raimundo Marinho (FRM)

1 INTRODUÇÃO

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) produziram o Relatório pobreza menstrual no Brasil: Desigualdades e violações de direitos, e nesse relatório é possível verificar a violação de direitos de mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam. Essa violação corresponde a ausência de condições materiais de algumas pessoas para vivenciar o período menstrual de modo digno (Patriota et al., 2023). Nesse sentido, a pobreza menstrual, a falta de recursos para lidar com a menstruação de forma digna, ainda é um problema grave e estigmatizado no Brasil. Assim, a dignidade menstrual, um direito humano fundamental, refere-se ao acesso a informações precisas, produtos menstruais adequados e instalações sanitárias apropriadas para o manejo da menstruação (Araújo et al., 2023).

A enfermagem, como profissão de cuidado e promotora da saúde, desempenha um papel crucial na garantia desse direito, especialmente em populações vulneráveis, pois com sua expertise em cuidado, educação em todos os sentidos é fundamental para garantir a dignidade menstrual para todas as mulheres e meninas (Bussinguer e Salvador, 2022). Esse estudo visa apresentar o papel da enfermagem na promoção da dignidade menstrual, com base em uma revisão integrativa do tema e por fim, salientar a conscientização e a ação conjunta que são essenciais para transformar a realidade e garantir que todas as pessoas que menstruam tenham acesso a uma vida digna e saudável (Patriota et al., 2023).

Por isso, o presente estudo tem como tema central a evidente violação dos direitos básicos das mulheres que menstruam, decorrente da dificuldade de acesso a recursos materiais essenciais para vivenciar esse período de forma saudável e digna. A menstruação ainda carrega estigma social, haja vista que ela expressa a desigualdade social existente no âmbito nacional (Bussinguer e Salvador, 2022). Com base nesse exposto, esse estudo tem como problemática central o seguinte questionamento: como a atuação do enfermeiro pode colaborar para a promoção da dignidade menstrual? A nossa hipótese é de que o enfermeiro é um profissional essencial para a promoção da dignidade menstrual, uma vez que ele poderá alocar mulheres e meninas para serviços públicos de natureza assistencial para que elas possam acessar recursos materiais para garantir sua higiene.

Ao abordar os conceitos explorados neste trabalho, podemos compreender a importância do papel da enfermagem na promoção da saúde e bem-estar, analisando a desigualdade e propor medidas que garantam o respeito aos direitos humanos. Com isso, essa revisão busca não apenas preencher lacunas no conhecimento, visa também fortalecer a

prática de enfermagem e contribuir para um melhor conhecimento sobre pobreza menstrual e consequentemente qualidade de vida dos indivíduos. Diante do exposto o presente estudo tem como objetivo analisar o papel da enfermagem na promoção da dignidade menstrual.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 IMPACTOS DA MENSTRUACÃO NA VIDA DA MULHER

A menstruação acomete mulheres em idade fértil, com duração média de três a cinco dias, sendo comum, nesse período, a perda aproximada de 50 a 150 mL de sangue, associada à descamação das células da camada interna do útero (Nunes et al., 2024). Sob esse viés, é importante frisar que o ciclo menstrual ocorre de forma cíclica, em média, esse ciclo dura 28 dias, sendo dividido em duas fases: folicular e lútea, das quais ocasionam várias alterações hormonais, como o pico de estrogênio na fase folicular tardia e de progesterona durante a fase lútea (Cândido et al., 2022).

Nesse contexto, a literatura evidencia que a menstruação ocupa uma parcela significativa da vida reprodutiva das mulheres, ao mesmo tempo em que a saúde menstrual permanece historicamente invisibilizada nas agendas públicas e sociais (Campos et al., 2023).

É estimado que entre a menarca e a menopausa, em média, mulheres de países de baixa renda menstruam cerca de 1.400 dias em suas vidas. No entanto, a saúde menstrual é um tema ainda constantemente negligenciado nas comunidades e por órgãos públicos. Todos os dias centenas e milhões de mulheres enfrentam obstáculos para uma saúde menstrual adequada (Campos et al., 2023, p. 5).

Entende-se, com base na literatura, que a menstruação provoca inúmeras variações hormonais, decorrentes do processo de preparação do organismo para uma possível gravidez (Cândido et al., 2022; Campos et al., 2023; Nunes et al., 2024).

Essas mudanças hormonais provocam diversos impactos psicológicos e fisiológicos. Haja vista, é comum que as mulheres fiquem mais sensíveis a emoções; sintam dores nas costas; distensão abdominal; dor nos seios; oscilações de humor; dor de cabeça; acne; fadiga; irritabilidade; perda de apetite e outros sintomas são sentidos pelas mulheres durante esse período (Lima et al., 2021).

Os sintomas de depressão e ansiedade podem influenciar o surgimento e o agravamento de manifestações gastrointestinais durante as fases pré-menstrual e menstrual, incluindo condições como a doença inflamatória intestinal (DII) e a síndrome do intestino irritável. Nesse contexto, estudos apontam que grande parte das mulheres vivenciam um ou

mais sintomas de desconforto físico e psicológico ao longo do ciclo menstrual (Lima et al., 2021; Bernstein et al., 2014).

Diante disso, o período menstrual configura-se como uma experiência recorrente e singular na vida da mulher, demandando cuidados adequados de higiene e autocuidado para a preservação da qualidade de vida. Contudo, nem todas as mulheres dispõem de acesso aos recursos materiais necessários para vivenciar esse período de forma digna, o que tem fomentado debates acerca da pobreza menstrual, temática que será aprofundada a seguir (Lima et al., 2021).

2.2 A POBREZA MENSTRUAL

Reconhece-se a pobreza menstrual como uma expressão das desigualdades sociais e estruturais que atravessam a saúde, o gênero e o acesso a direitos básicos. Dessa forma, a pobreza menstrual está relacionada à privação de infraestrutura, saneamento básico, questões socioeconômicas, tabus, preconceitos e a falta de conhecimento (Miranda, 2021; Assad, 2021).

É possível observar em outro trabalho sobre a gestão da higiene menstrual em países pobres em lições, que a maioria das moças e meninas conhece esses produtos sanitários, mas é inacessível para a maioria e elas têm tendência a usar panos velhos, lenços de papel, porções de algodão ou toalhas de papel. O uso de absorventes higiênicos é comum entre meninas de famílias ricas (Nunes et al., 2024, p. 7).

A literatura aponta que a falta de informação e o preconceito em relação à menstruação podem levar a consequências negativas para a saúde física e mental das pessoas que menstruam. Nesse sentido, a pobreza menstrual é um fenômeno complexo, caracterizado por aspectos como a falta de acesso a produtos adequados para o cuidado menstrual (como absorventes, coletores menstruais e calcinhas, bem como papel higiênico e sabonete); questões estruturais, como a ausência de banheiros seguros e em bom estado de conservação; falta de acesso a medicamentos e carência de serviços médicos; insuficiência de informações sobre a saúde menstrual, autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais; tabus e preconceitos sobre a menstruação que resultam na segregação de pessoas que menstruam de diversas áreas da vida social (Sommer et al., 2013).

Diante do supra informado, e segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB, 2017) é função do enfermeiro o cuidado e a responsabilização por indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidade adscrita. Assim, estudos indicam que a atuação da enfermagem é

fundamental na desmistificação da menstruação, promovendo a educação em saúde e o acolhimento das necessidades das pacientes (Sena et al., 2023).

Ademais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), foi escrito o relatório “A Pobreza Menstrual Vivenciada Pelas Meninas Brasileiras”, nesse trabalho deixa claro um cenário preocupante com relação aos direitos menstruais, pois, este encontra-se marcado por desigualdades de gênero, raça e classe social, agravadas em tempos de crise sanitária e econômica (ABMES, 2023).

Neste tocante, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) produziram o Relatório Pobreza Menstrual no Brasil Desigualdades e Violações de Direitos, no qual trazem à luz a violação de direitos de meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam. Tais violações concernem diretamente à absoluta falta de condições materiais de vivenciar o período menstrual de maneira saudável e digna (UNICEF, 2021).

Diante de todo o exposto, verifica-se que a menstruação é um fenômeno biológico que faz parte da vida das pessoas que menstruam por um número considerável de anos. Fato é que nas variadas e diversificadas culturas esse tema sempre foi e diga-se de passagem, ainda é cercado de tabus, e que alimentam o imaginário coletivo com crendices que servem para fortalecer comportamentos envergonhados quando se trata do tema, começando pelos eufemismos que as pessoas empregam para se referir ao assunto: estar naqueles dias, estar de boi, regras, bandeira vermelha, impedimento, dentre outros (Lima et al., 2021).

Nesse sentido salienta-se que o relatório do UNFPA/UNICEF (2021) aponta que no mundo 01 em cada 10 adolescentes faltam, em média, 45 dias de aulas por ano, em razão da menstruação, mais propriamente, em razão de não ter acesso ao absorvente. No Brasil, esse índice apresenta-se de forma alarmante, uma vez que 1 em cada 4 adolescentes, com idades entre 12 e 19 anos, deixa de frequentar as aulas e reduz sua participação em atividades sociais em razão da menstruação. Esse cenário evidencia como a ausência de acesso a recursos adequados, aliada aos estigmas, tabus e práticas discriminatórias que cercam o tema, contribui diretamente para a evasão escolar, o isolamento social e a reprodução de desigualdades educacionais e sociais.

Fica evidente, portanto, quando nos lares mais simples das pequenas cidades, muitas meninas ficam com vergonha de frequentar certos ambientes, e na maioria das vezes ficam

reclusas a apenas cultos religiosos e /ou círculo familiar, deixando boa parte de sua vida de ser vivenciada em lares próprios para a idade (Cândido et al., 2022).

No âmbito das práticas públicas, a pobreza menstrual demanda respostas articuladas entre os setores da saúde, educação e assistência social, superando abordagens pontuais e assistencialistas. Ao incorporar a temática da pobreza menstrual às ações de saúde coletiva, a enfermagem reafirma seu compromisso ético e social, colaborando para a redução das desigualdades e para a efetivação da equidade no cuidado (Lima et al., 2021).

2.3 A FUNÇÃO DA ENFERMAGEM FRENTE AO COMBATE DA POBREZA MENSTRUAL

A pobreza menstrual ou falta de dignidade menstrual consiste na privação de acesso a recursos, informações e infraestrutura necessária para mulheres durante o período menstrual (Pereira et al., 2025). Nesse escopo, cumpre abordar a função da enfermagem no que concerne ao combate da pobreza menstrual. Em contrapartida, a saúde menstrual compreende um estado de completo bem-estar social, físico e psicológico não apenas em virtude do não aparecimento da doença ou enfermidade, em relação ao ciclo menstrual, mas também em razão do acesso recursos, informações e infraestrutura necessária para mulheres durante o período menstrual (Lima et al., 2021).

Acerca da saúde menstrual, cita-se:

A saúde menstrual está associada ao acesso das pessoas que menstruam a informações precisas sobre a menstruação, produtos menstruais e instalações de lavagem limpas e seguras. Uma boa saúde menstrual também inclui o combate aos tabus, estigma e discriminação relacionados à menstruação. Promover a saúde menstrual é fundamental para alcançar a igualdade de gênero e também a saúde entre as pessoas que menstruam. Foi sugerida como um sinal vital. Apesar do crescente compromisso internacional com o foco na promoção da saúde menstrual, ainda há muito a ser feito (Sena et al., 2023, p. 3).

Nesse contexto, a função da enfermagem no que diz respeito ao combate da pobreza menstrual, envolve ações de educação em saúde; distribuição de recursos materiais para a promoção da higiene e encaminhamento das mulheres para serviços assistenciais diante da ausência de recursos para custear produtos de higiene durante o período menstrual. Além disso, esses profissionais também colaboram para a realização de orientações acerca de recursos adequados, uso de coletores e outras informações sobre locais de descarte (Sommer et al., 2013).

O fato é que a pobreza corrobora para o surgimento da pobreza menstrual. Em face do ciclo menstrual, a mulher pode precisar usar cerca de 12 a 30 absorventes descartáveis, e parte

delas utilizam roupas velhas em razão de questões de preço e acessibilidade dos recursos materiais (Paula et al., 2025). Conforme citado, a ausência de recurso financeiro afeta diretamente o acesso a absorventes por parte de muitas mulheres.

Acerca da ausência de recursos financeiros para a promoção da saúde menstrual, enfatiza-se:

Globalmente, mulheres e meninas desenvolveram suas próprias estratégias pessoais para lidar com a menstruação. Estes variam muito de país para país e dentro dos países, dependendo das preferências pessoais de um indivíduo, recursos disponíveis, status econômico, tradições locais e crenças culturais e conhecimento ou educação. Devido a essas restrições, as mulheres geralmente administram a menstruação com métodos que podem ser anti-higiênicos ou inconvenientes, principalmente em ambientes mais pobres (Sena et al., 2023, p. 4).

A higiene pessoal é uma necessidade básica, uma vez que a ausência ou mitigação dos devidos cuidados podem promover o surgimento de infecções. A quantidade de infecções do trato reprodutivo (ITR) é um vital fator de saúde pública. A proporção dessa carga pode ser atribuída ao manejo inadequado da higiene menstrual (MIHM) (Sena et al., 2023). Vale ressaltar que nem sempre houve essa preocupação com a saúde menstrual, e isso colaborou para que o bem-estar das mulheres fosse negligenciado. Todavia, com os novos estudos, existe uma maior preocupação com a saúde menstrual da mulher em razão dos impactos do ciclo menstrual na sua qualidade de vida.

Nesse contexto, destaca-se a atuação da enfermagem na atenção primária à saúde, especialmente por meio do acolhimento, da orientação e do encaminhamento das usuárias aos programas de promoção da dignidade menstrual. Por meio dos sistemas de informação em saúde, como o e-SUS, o enfermeiro pode registrar atendimentos e viabilizar o acesso a políticas públicas, incluindo a emissão de encaminhamentos e a inserção das usuárias em programas de distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual, fortalecendo a integralidade do cuidado (Busatto et al., 2023).

Essa atuação encontra respaldo no marco legal vigente, uma vez que o Estado brasileiro reconhece a saúde menstrual como uma questão de saúde pública e de direitos humanos, conforme estabelecido no Decreto nº 11.432/2023, que regulamenta o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, instituído pela Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos e outros cuidados básicos de saúde menstrual, com vistas à promoção da dignidade menstrual (BRASIL, 2023).

Diante disso, observa-se que a enfermagem desempenha papel central na operacionalização dessa política pública, ao atuar como elo entre a população em situação de vulnerabilidade e os serviços de saúde e assistência social. Ao reconhecer, registrar e encaminhar essas demandas, o enfermeiro contribui para a efetivação do direito à saúde menstrual, promovendo equidade, dignidade e cuidado integral às pessoas que menstruam (Sommer et al., 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio das seguintes etapas: definição da questão de pesquisa, ou seja, a questão central será: "qual é o papel da enfermagem na promoção da dignidade menstrual?". Na sequência, realizou-se uma busca na literatura, por meio de consultas em bases de dados científicas como Scientific Eletronic Library Online (Scielo), PubMed e Google Scholar (Google Acadêmico).

No que diz respeito à seleção dos estudos, foram adotados critérios de inclusão e exclusão com o objetivo de garantir a relevância e a pertinência das produções analisadas. Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos publicados entre os anos de 2019 e 2025, redigidos em língua vernácula, que abordassem a temática da dignidade menstrual relacionada à prática e à atuação da enfermagem.

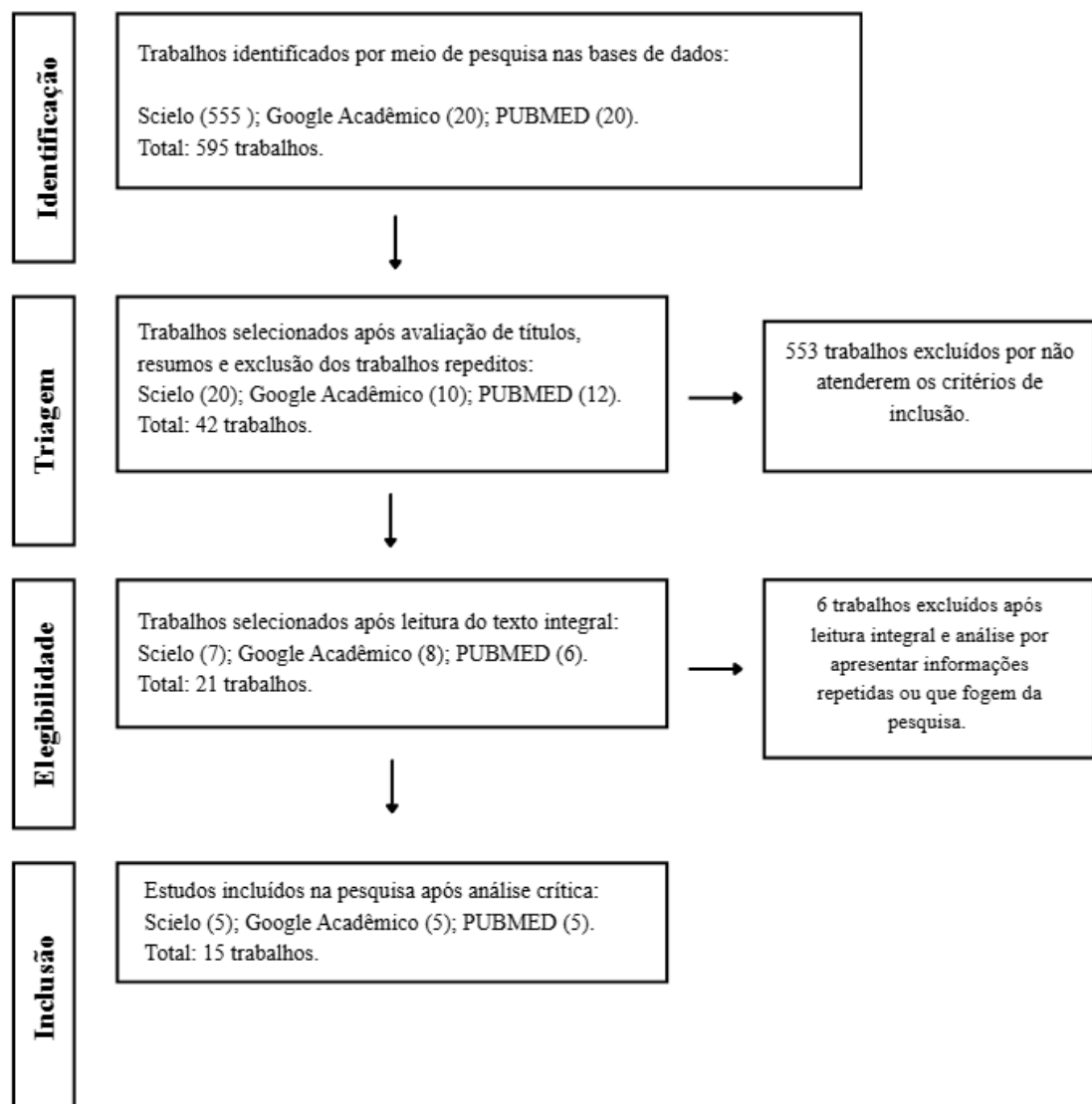
Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados, publicações fora do recorte temporal estabelecido, textos em outros idiomas, trabalhos que não apresentassem relação direta com a enfermagem ou com a dignidade menstrual, bem como materiais que não se enquadram no formato de artigo científico. Sob esse viés, os dados foram coletados e analisados qualitativamente, buscando identificar as principais contribuições da enfermagem para a promoção da dignidade menstrual.

Ao final, foi elaborado um relatório no qual se apresentam os principais resultados da revisão, bem como recomendações voltadas à prática de enfermagem. Dessa maneira, esperou-se contribuir para a formação de profissionais de enfermagem mais conscientes e preparados para atuar na promoção da dignidade menstrual, refletindo sobre a importância da saúde menstrual na vida das pessoas menstruantes e na sociedade como um todo.

Para o rastreamento dos artigos selecionados nas bases de dados foram utilizados os descritores cadastrados em Ciências da Saúde (DeCS) que compõem o tema "Papel da enfermagem" e "Promoção da dignidade menstrual". Foram encontrados 20 estudos no Google Acadêmico; no Scielo foram encontrados 555 resultados; e no PUBMED foram

encontrados 20 resultados. A partir da leitura do título e resumo foram selecionados 42 artigos, deste foram excluídos 21 por se tratarem de duplicatas, restando 21 para leitura na íntegra. Para estudo com base nos critérios de inclusão para leitura de texto completo, sendo 15 incluídos para fazer parte da revisão. Foram excluídos do trabalho: teses, capítulos de livros, livros, artigos duplicados e pesquisas em desacordo com os objetivos do presente estudo. Enfatizando que por meio dessa revisão integrativa é possível identificar o conhecimento atual sobre a temática abordada.

Figura 1. Fluxograma de descrição das etapas de seleção dos estudos.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram no Quadro 1 de acordo com autor/ano, título, objetivo, metodologia e resultado.

Quadro 1 - Organização dos resultados com base em autor, título, objetivo, metodologia e resultado.

Autor/Ano	Título	Objetivo	Metodologia	Resultado
Gonçalves e Pereira, 2022	O enfermeiro como advogado em saúde frente à pobreza menstrual: revisão integrativa	Identificar na literatura acadêmica a produção de materiais sobre a atuação da enfermagem na pobreza menstrual.	Revisão integrativa da literatura	É importante que se produza conteúdos que integrem os conceitos de pobreza menstrual e advocacia em saúde pela sua relevância na atuação da enfermagem e deve-se falar mais sobre esses temas importantes e pouco difundidos na sociedade atual.
Shiraishi et al., 2022	Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil	Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica e bases de dados acerca de políticas públicas quanto à pobreza menstrual, publicados no Brasil, entre os períodos 2006 e 2021.	Revisão de literatura	O tema ainda possui poucas produções científicas, sendo a maior parte das informações coletadas em sites e portais de notícias "online", o que corrobora para a perpetuação da precariedade menstrual e a desigualdade de gênero.
Canto et al., 2022	Pobreza menstrual: acesso a absorventes por mulheres em um hospital de Macapá	Pobreza Menstrual (PM) é um termo novo que vem sendo discutido amplamente e refere-se à instabilidade do acesso a absorventes, à falta de recursos para garantir a dignidade das pessoas que menstruam e à falta de informação sobre o que é, como ocorre e a importância do ciclo menstrual.	Revisão de literatura	Por fim, concluiu-se que grande parte das mulheres que lidam com a pobreza menstrual e com as suas consequências, são de baixa renda, recebem menos de um salário-mínimo, são pretas ou pardas, têm baixa escolaridade e possuem dificuldades para ter acesso à absorventes higiênicos com constância, colocando em risco sua saúde e dignidade.
Bussinguer e Salvador, 2022	O impacto da pobreza menstrual da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à	O presente estudo pretende analisar de que forma a pobreza menstrual e a desinformação sobre a saúde íntima feminina geram um impacto	Revisão de literatura	Em resumo, a negligência estatal em face da pobreza menstrual e da desinformação sobre a menstruação geram consequências nefastas ao bem-estar das mulheres e à consagração de uma lógica com enfoque na vida digna e

	saúde das mulheres no Brasil	negativo à previsão constitucional da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde das mulheres brasileiras.		saudável, fazendo com que se preserve um cenário de prestígio à desigualdade de gênero e ao controle corporal das mulheres.
Nascimento , 2022	O papel da enfermagem na de desmistificação da estigmas acerca menstruação	Analisar a percepção dos acadêmicos do curso de enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Goiás quanto às crenças e estigmas relacionados ao período menstrual, identificar as crenças e estigmas que os acadêmicos possuem Sobre o período menstrual e que ainda interferem na vida das mulheres, verificar a percepção dos acadêmicos quanto ao papel do enfermeiro na desmistificação de crenças e estigmas relacionados ao período menstrual e identificar o entendimento dos acadêmicos quanto à pobreza menstrual.	Revisão de literatura	Ainda hoje existem crenças e tabus a respeito da Menstruação que devem ser abordadas cientificamente a fim de promover o bem-estar e a saúde da mulher. Fornecer os recursos necessários para as mulheres passarem por esse período, mas não orientar quanto ao uso adequado dos mesmos pode acarretar problemas para a saúde das mulheres.
Magan et al., 2022	Os impactos da pobreza menstrual na saúde das pessoas que menstruam	Investigar os impactos da pobreza menstrual na saúde de pessoas que menstruam.	Revisão de literatura	A higienização genital durante o período menstrual consiste em uma forma de garantir a dignidade do indivíduo que menstrua, sendo a pobreza menstrual fruto da negligência com as necessidades fisiológicas dessas pessoas.
Souza et al., 2022	Pobreza menstrual e seus impactos na saúde da mulher: uma revisão integrativa	Identificar na literatura a dificuldade das mulheres de terem acesso aos seus direitos menstruais e o impacto da pobreza menstrual na saúde destas.	Revisão de literatura	O objetivo do presente estudo foi alcançado, permitindo demonstrar que existem doenças causadas pela pobreza menstrual. Na trajetória da análise deste estudo, foi possível perceber também que a falta de conhecimento sobre a menstruação feminina intensifica ainda mais nos paradigmas e os tabus existentes.

Rodrigues et al., 2023	A importância das ações educativas da enfermagem na promoção de informações sobre o autoconhecimento das mulheres sobre o ciclo menstrual	Este artigo tem como finalidade compreender as questões fisiológicas da mulher acerca do autoconhecimento do ciclo menstrual e seus impactos no que tange ao cotidiano e qualidade de vida, na tentativa de compreender a importância de saber e entender o funcionamento do seu próprio corpo.	Revisão de literatura	O estudo será baseado em uma pesquisa acerca da importância dos profissionais de enfermagem estarem atuando numa perspectiva de educação em saúde na promoção de ações educativas direcionadas a levar informações às mulheres sobre o autoconhecimento acerca do ciclo menstrual.
Sena et al., 2023	O manejo inadequado da higiene menstrual e seus impactos à saúde da mulher	A presente pesquisa teve o objetivo descrever as consequências que o manejo inadequado da higiene menstrual pode afetar a saúde da mulher.	Revisão de literatura	Por meio desse estudo pode-se observar como o gerenciamento inadequado da higiene menstrual interfere nos aspectos biológico/fisiológico, psicológico e social da mulher.
Gonçalves et al., 2023	Pobreza menstrual e os impactos na saúde da mulher	Mostrar os impactos que a pobreza menstrual acarreta na vida da mulher.	Revisão de literatura	Aspectos culturais e educacionais propiciam diretamente para a pobreza menstrual. Além disso, é preciso avaliar se as questões de gênero, etnia, raça e cor. Por fim, para intervir nessa situação é essencial que haja políticas públicas, profissionais mais bem treinados, educação de qualidade a fim de alcançar o público masculino e desmistificar os estigmas sobre a menstruação e as normas patriarcais.
Queiroz et al., 2024	Promoção da saúde por meio de vídeos curtos disseminados nas redes sociais	Trata-se de um relato de experiência sobre um projeto de ensino e extensão que objetivou divulgar conhecimentos sobre temáticas de saúde para ampliar o acesso à informação fundamentado na ciência da população em geral e incentivar o desenvolvimento da oratória dos integrantes do grupo	Relato de experiência	A experiência dos petianos com a realização de cada episódio possibilitou ampliar conceitos epidemiológicos das doenças, fornecer orientações atualizadas para seu tratamento, e proporcionou uma visão social, educacional e da atuação da Enfermagem ampliada, trazendo à tona um dos papéis do enfermeiro: o de educador em saúde. A atividade contribuiu para desenvolver tais competências nos integrantes do grupo.

		PET Enfermagem da UFMS.		
Melo et al., 2024	Pobreza menstrual: Aspectos socioeconômicos e culturais	Este estudo objetiva abordar a sua problemática, identificando e analisando suas implicações socioeconômicas e culturais.	Revisão de literatura	A educação menstrual é crucial para enfrentar a pobreza menstrual, abordando a saúde sexual e reprodutiva. É vital iniciar o diálogo sem estigmas antes da primeira menstruação, incorporando saberes populares. Políticas públicas devem garantir uma vivência digna do período menstrual, reduzindo o absenteísmo escolar.
Madaloz e Lauxen, 2024	Desvendando a pobreza menstrual: uma análise das políticas públicas e seus impactos na saúde menstrual	Os principais objetivos da pesquisa são combater a precariedade menstrual, garantir cuidados básicos de saúde e inclusão em programas de proteção à saúde e dignidade menstrual, e promover a dignidade menstrual.	Revisão de literatura	A conclusão deste artigo destaca a importância e a urgência de abordar a precariedade menstrual de forma abrangente e inclusiva.
Gomes et al., 2025	Desafios às práticas menstruais no Brasil: uma análise do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual	Refletir criticamente sobre o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual no Brasil, à luz dos desafios relacionados ao direito de menstruar, considerando avanços, limites e lacunas das políticas públicas voltadas à dignidade menstrual.	Revisão de literatura	Apesar de representar um avanço, o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual permanece excessivamente centrado na distribuição de absorventes, mostrando-se insuficiente para enfrentar a complexidade da pobreza menstrual. Destaca-se a ausência de uma abordagem integral que contemple educação menstrual, saneamento, acesso à saúde e as desigualdades sociais, culturais, territoriais e de gênero, apontando a necessidade de políticas públicas intersetoriais para a efetiva promoção da dignidade menstrual.
Pereira et al., 2025	Dignidade menstrual: saúde e higiene menstrual	Este estudo teve como objetivo relacionar os fatores associados à falta de informações sobre a dignidade menstrual.	Revisão de literatura	Conclui-se que as mulheres no Brasil enfrentam desafios relacionados à escassez de acesso a produtos menstruais apropriados, falta de conscientização sobre higiene menstrual e inadequação das instalações sanitárias.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A dignidade menstrual pode ser compreendida como um determinante social da saúde e da cidadania, uma vez que sua garantia pressupõe a oferta contínua de informações qualificadas, o acesso a produtos adequados e a existência de ambientes que assegurem privacidade e condições sanitárias, possibilitando que a menstruação seja vivenciada de maneira saudável, segura e sem estigmatização. Nesse contexto, o enfermeiro exerce papel fundamental, atuando não apenas na assistência direta, mas também na educação em saúde, na gestão de políticas públicas e na redução das desigualdades relacionadas à saúde menstrual (Gonçalves e Pereira, 2022).

Conforme a literatura analisada, os autores abordam com vários enfoques a pobreza menstrual, definindo a pobreza menstrual como a dificuldade de acessar recursos de higiene menstrual (Shiraishi et al., 2022; Madaloz e Lauxen, 2024; Nascimento, 2022). Gonçalves et al. (2023) e Nascimento (2022) destacam que a pobreza menstrual acomete pessoas menstruantes em estado de vulnerabilidade social, o que, por conseguinte, produz desigualdade a direitos e oportunidades.

A maioria dos estudos organizados nos resultados compreendem revisões de literatura, das quais apresentaram estudos sobre os impactos da pobreza menstrual na qualidade de vida das pessoas menstruantes. Percebe-se que a questão da menstruação ainda está relacionada com estigmas conforme Bussinguer e Salvador (2022) citam:

Infelizmente, como tantas outras questões ligadas à natureza feminina, percebe-se que a menstruação ainda carrega consigo um considerável estigma social, tal qual, devido à manifesta desigualdade social no Brasil, nota-se que a questão da menstruação, quando associada à pobreza financeira, tem desígnios ainda mais desígnios, que se vinculam a outros aspectos problemáticos, como: a falta de saneamento básico adequado, de abastecimento de água potável, de acesso a banheiros com privacidade, da própria não obtenção de produtos menstruais e de higiene pessoal, bem como produzem reflexos que prejudicam a vida profissional e o acesso à educação (Bussinguer e Salvador, 2022, p. 2).

A menstruação precisa deixar de ser um tabu, e precisa ser debatida de forma mais aprofundada, especialmente, em ambientes acadêmicos e escolares, bem como em grupos sociais (Gomes et al., 2025; Pereira et al., 2025; Rodrigues et al., 2023; Sena et al., 2023). Somado a isso, Gomes et al. (2025) e Rodrigues et al. (2023) destacam que as pessoas que menstruam necessitam ter acesso a absorventes de forma regular como forma de garantir seus direitos. A proteção durante o período menstrual é necessária para a defesa da dignidade das pessoas, uma vez que essa é uma questão social e de higiene (Canto et al., 2022).

A proteção desse público precisa ser constante, uma vez que a menstruação compreende um evento cíclico fisiológico, ou seja, que ocorre periodicamente. Por isso, os

cuidados precisam ser constantes, assim como a disponibilidade de recursos (Magan et al., 2022; Madaloz e Lauxen 2024; Gonçalves et al., 2023; Nascimento 2022). Magan e colaboradores (2022) e Madaloz e Lauxen (2024) mencionam que a higienização incorreta durante o período menstrual pode culminar com o óbito das pessoas que menstruam em virtude da propagação de microrganismos danosos:

A Síndrome do Choque Tóxico, é uma síndrome rara que pode até levar a morte, é ocasionada pelo uso de absorventes internos e o acúmulo de sangue por muitas horas seguidas, criando um ambiente propício para a proliferação da bactéria *Staphylococcus aureus* e pode acabar gerando o processo inflamatório que é conhecido como a Síndrome do Choque Tóxico (Magan et al., 2022, p. 5).

Dos 15 artigos analisados, 12 destacam que pessoas em situação de vulnerabilidade social que menstruam apresentam maior suscetibilidade a doenças do sistema reprodutor, em decorrência da ausência ou insuficiência de acesso a itens básicos de higiene pessoal (Canto et al., 2022, Bussinguer e Salvador 2022; Sena et al., 2023; Pereira et al., 2025, Gomes et al., 2025; Rodrigues et al., 2023; Queiroz et al., 2024; Rodrigues et al., 2023; Magan et al., 2022, Madaloz e Lauxen 2024; Gonçalves et al., 2023; Nascimento, 2022). Diante da ausência de recursos adequados, essas pessoas acabam recorrendo a meios improvisados para a contenção do sangramento menstrual, como pedaços de pano reutilizados, roupas velhas, jornais e até mesmo miolo de pão, o que evidencia a gravidade da situação e os riscos à saúde associados (Magan et al., 2022, p. 5).

Diante dessa realidade, existem profissionais que devem combater de frente a pobreza Menstrual. Queiroz et al. (2024), Rodrigues et al. (2023), Magan et al. (2022), Madaloz e Lauxen (2024), Gonçalves et al. (2023) e Nascimento (2022) comentam que é função do enfermeiro o cuidado e a responsabilização por indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidade adscrita. Em virtude disso, o enfermeiro atua como advogado em saúde, ao agir como defensor dos direitos de seus pacientes (Pereira et al., 2025).

A atuação do enfermeiro na promoção da dignidade menstrual concretiza-se, sobretudo, por meio do desenvolvimento de ações educativas voltadas ao esclarecimento de dúvidas relacionadas ao ciclo menstrual, à higiene íntima e às práticas de autocuidado, com ênfase em adolescentes e populações em situação de vulnerabilidade. Ademais, o profissional de enfermagem desempenha papel fundamental na desconstrução de tabus culturais e no enfrentamento de preconceitos historicamente associados à menstruação, contribuindo para a construção de uma compreensão positiva, informada e respeitosa acerca do corpo e do processo menstrual (Gonçalves et al., 2023).

Além disso, o enfermeiro desempenha um papel estratégico na identificação e no enfrentamento das desigualdades sociais e das situações de vulnerabilidade que impactam diretamente a saúde menstrual. Muitas mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam em contextos de vulnerabilidade social enfrentam barreiras significativas para a aquisição de absorventes e de outros itens básicos de higiene, o que compromete não apenas sua saúde física, mas também sua dignidade e participação social. Ao reconhecer essa realidade, o profissional de enfermagem pode atuar de forma articulada, realizando encaminhamentos para programas de distribuição gratuita de produtos menstruais, bem como apoiando e fortalecendo iniciativas comunitárias e políticas públicas voltadas à promoção da equidade menstrual (Madaloz e Lauxen 2024).

No âmbito da prática clínica, o enfermeiro também exerce função essencial no acompanhamento e na avaliação de condições associadas ao ciclo menstrual, tais como cólicas intensas, irregularidades menstruais e sinais sugestivos de agravos ginecológicos. Nesse sentido, o acolhimento humanizado, pautado na escuta qualificada constitui um elemento central do cuidado, uma vez que reforça a dignidade, o respeito e a autonomia da mulher, além de fortalecer o vínculo estabelecido entre profissional e paciente (Pereira et al., 2025).

Por fim, o enfermeiro consolida-se como um agente de transformação social ao integrar a promoção da dignidade menstrual às ações de saúde pública e à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Sua atuação, fundamentada em princípios éticos, de equidade e de justiça social, contribui de maneira significativa para a construção de uma sociedade mais informada, inclusiva e respeitosa, na qual a menstruação seja reconhecida não como motivo de vergonha ou exclusão, mas como uma experiência natural e legítima da condição humana (Nascimento, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu analisar o papel do enfermeiro na promoção da dignidade menstrual, evidenciando sua relevância no enfrentamento das desigualdades que permeiam a saúde menstrual. A partir dessa análise, buscou-se compreender de que maneira a atuação do enfermeiro pode contribuir para a efetivação da dignidade menstrual, especialmente entre mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade social.

Os achados demonstram que o enfermeiro atua de forma estratégica na identificação de desigualdades e vulnerabilidades, reconhecendo contextos nos quais o acesso a produtos de

higiene menstrual é limitado ou inexistente. Diante dessa realidade, esse profissional pode realizar encaminhamentos para programas de distribuição gratuita de insumos, além de apoiar e fortalecer projetos comunitários e políticas públicas voltadas à promoção da dignidade menstrual e à equidade em saúde.

Constatou-se, ainda, que o enfermeiro configura-se como um profissional essencial nesse processo, ao atuar tanto na educação em saúde quanto na articulação com serviços públicos de natureza assistencial. Sua prática contribui significativamente para a redução das desigualdades relacionadas à saúde menstrual, ao garantir que direitos de mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam tenham acesso a recursos materiais, informação qualificada e cuidado humanizado, especialmente aquelas em contextos de maior vulnerabilidade social.

Além disso, a percepção dos enfermeiros acerca da menstruação evidencia a compreensão de que essa temática extrapola o campo estritamente biológico, sendo atravessada por dimensões sociais, culturais e de direitos humanos. Nesse sentido, os profissionais tendem a desenvolver e apoiar ações educativas em escolas, unidades básicas de saúde e comunidades vulneráveis, abordando não apenas os aspectos fisiológicos do ciclo menstrual, mas também práticas de autocuidado, enfrentamento de estigmas e o direito ao acesso a produtos de higiene menstrual.

Diante do exposto, sugere-se o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que integrem saúde, educação e assistência social, bem como a ampliação da formação e da capacitação dos profissionais de enfermagem sobre saúde menstrual e dignidade menstrual. Tais iniciativas são fundamentais para consolidar a menstruação como uma pauta legítima de saúde pública e para assegurar que todas as pessoas que menstruam possam vivenciar esse processo de forma digna, segura e livre de discriminação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Masra et al. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). **Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual**. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.
- ARAÚJO, Lara Beatriz de Sousa et al. A pobreza menstrual no processo saúde-doença das mulheres: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 37, e52708, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **Pobreza menstrual x dignidade feminina**. 2023. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/blog/detalhe/18356/pobreza-menstrual-x-dignidade-feminina>.
- BRASIL. **Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023**. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual. Diário Oficial da União, Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para a promoção da saúde menstrual**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Dignidade Menstrual**. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 29 mar. 2025.
- BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo et al. O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 49–64, 2022.
- BUSATTO, Luiza Santos et al. Atenção à saúde da mulher na atenção primária: percepções sobre as práticas de enfermagem. **Enfermagem em Foco**, supl. 1, v. 15, e-202403SUPL1, 2024.
- CÂNDIDO, Isadora Luísa Caldas et al. Impacto do ciclo menstrual na composição corporal – uma visão nutricional. **E-Acadêmica**, [S. l.], v. 3, n. 2, e6032234, 2022.
- CAMPOS, Daniel Damasceno et al. Saúde e higiene menstrual no Brasil: Uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 12, n. 9, e0312942700, 2023.
- CANTO, André Souza et al. Pobreza menstrual: acesso a absorventes por mulheres em um hospital de Macapá. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], ed. 11, v. 7, p. 99-108, 2022.
- GOMES, Ana Paula et al. Desafios às práticas menstruais no Brasil: uma análise do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. **Revista Foco**, v. 30, n. 11, 2025.
- GONÇALVES, Dominiki Maria de Sousa et al. Pobreza menstrual e os impactos na saúde da mulher. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 1, e645, 2023.

GONÇALVES, Vitória Camila Vargas; PEREIRA, Liliane Alves. O enfermeiro como advogado em saúde frente à pobreza menstrual: revisão integrativa. In: SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2022, Universidade Franciscana - UFN. **Anais do XXVI SEPE - Simpósio de Ensino, Pesquisa e extensão**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366127864_O_ENFERMEIRO_COM_O_ADOGADO_EM_SAUDE_FRENTE_A_POBREZA_MENSTRUAL_REVISAO_INTEGRATIVA/download. Acesso em: 1 jun. 2025.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017 - 2018**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>. Acesso em: 1 jun. 2025.

LIMA, Marina Paula et al. Alterações fisiológicas e comportamentais da mulher no ciclo menstrual e o impacto da suplementação nutricional. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 16, e428101623925, 2021.

MADALOZ, Rogéria Fátima. Desvendando a pobreza menstrual: uma análise das políticas públicas e seus impactos na saúde menstrual. **Revista Caderno Pedagógico Studies Publicações e Editora Ltda.**, Curitiba, v. 21, n. 7, p. 01-19, 2024.

MAGAN, Eugênio Daniel Alencar et al. Os impactos da pobreza menstrual na saúde das pessoas que menstruam. **Revista Brasileira de Educação, Saúde e Bem-estar**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2022.

MELO, Vitória Farias et al. Pobreza menstrual: Aspectos socioeconômicos e culturais. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 13, n. 4, e11613445584, 2024.

NASCIMENTO, Jackeline Freitas Marinho. O papel da enfermagem na desmistificação de estigmas acerca da menstruação. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - **Pontifícia Universidade Católica de Goiás**, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4163/1/O%20papel%20da%20enfermagem%20na%20desmistificacao%20de%20estigmas%20acerca%20da%20menstruacao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

NUNES, Marisete et al. Carência menstrual e as consequências na saúde da mulher. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2024.

PATRIOTA, Elizabete Bezerra et al. (In)dignidade menstrual: a face feminina da pobreza. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 255–270, 2023.

PAULA, Mayara Cristina et al. Pobreza menstrual: revisão de escopo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 78, n. 2, e20240567, 2025.

PEREIRA, Edarlisson Januário et al. Dignidade menstrual: saúde e higiene menstrual. **Revista DELOS**, Curitiba, v. 18, n. 69, p. 01-05, 2025.

PRIOLI, Karina Pereira; CARVALHO, Roberta dos Santos de. POBREZA MENSTRUAL E EVASÃO ESCOLAR. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, [S. l.], v. 8, n. 1, dez. 2023.

QUEIROZ, Felipe da Silva et al. Promoção da saúde por meio de vídeos curtos disseminados nas redes sociais. **Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial — Três Lagoas/MS**, v. 6, n. 6, p. 220-239, 2024.

RODRIGUES, Denyse Lessa Pimenta et al. A importância das ações educativas da enfermagem na promoção de informações sobre o autoconhecimento das mulheres sobre o ciclo menstrual. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 3342-3356, 2023.

SENA, Mariana Tavares et al. O manejo inadequado da higiene menstrual e seus impactos à saúde da mulher. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 9, n. 3, p. 9884-9901, 2023.

SHIRAISHI, Leticia Sayuri et al. Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 8, n. 2, p. 10715-10729, fev. 2022.

SOUZA, Cicera Eduarda Almeida et al. Pobreza menstrual e seus impactos na saúde da mulher: uma revisão integrativa. **Editora Acadêmica Periódicos**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2022.

UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021.